

Coordenação:

Dr. Héctor Ricardo Leis

Vice-Coordenação:

Dr. Selvino J. Assmann

Secretaria:

Liana Bergmann

Editores Assistentes:

Doutoranda Sandra Makowiecky

Doutoranda Cristina Tavares da Costa Rocha

Doutorando Adilson Francelino Alves

Área de Concentração
A CONDIÇÃO HUMANA NA MODERNIDADE

Linha de Pesquisa
Representações da Modernidade

Brena Paulo Magno Fernandez

SOBRE A NEUTRALIDADE AXIOLÓGICA DAS CIÊNCIAS
A Crítica de Hugh Lacey e o Caso da Economia

Nº 44 – Setembro de 2003

Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas

A coleção destina-se à divulgação de textos em discussão no PPGICH. A circulação é limitada, sendo proibida a reprodução da íntegra ou parte do texto sem o prévio consentimento do autor e do programa.

Sobre a Neutralidade Axiológica das Ciências – a Crítica de Hugh Lacey e o Caso da Economia[❖]

Brena Paula Magno Fernandez[▲]

Resumo:

Dentre os problemas tradicionais da Epistemologia, uma das controvérsias mais persistentes é a questão da inserção *versus* isenção de valores na ciência. Duas vertentes marcam posições antagônicas nessa discussão: a concepção tradicional, segundo a qual a ciência é conhecimento neutro e objetivo dos fenômenos do mundo e a tradição de pensamento que reconhece um vínculo entre o conhecimento científico de algo e o controle (ou domínio) daquilo que se passou a compreender.

Inserindo-se nessa segunda corrente, o filósofo Hugh Lacey desenvolve um exame contundente acerca dos fundamentos da ciência em sua interação com a sociedade, questionando as noções tradicionais de neutralidade e de objetividade científicas. Pretendemos nesse trabalho explorar os aspectos da crítica de Lacey que dizem respeito às ciências sociais, e especificamente à Economia, com o intuito de, à luz de suas propostas, rever e embasar algumas críticas atuais e internas à trajetória histórica dessa disciplina.

Palavras-chave: Ciência e Valores, Cientificismo, Controle Social, Hugh Lacey.

Abstract:

Among the traditional problems in Epistemology, one of the most persistent controversies is the question of value insertion *versus* value exemption in science. Two currents defend opposite positions in this debate: according to the traditional vision, science is identified with an objective and neutral knowledge of the world. The second perspective, otherwise, recognizes a link between the scientific knowledge of something and the control (or domination) over what became known.

The philosopher Hugh Lacey, in consonance with this second tradition, advances a sharp examination of the foundations of science and its interaction with society, questioning the traditional notions of scientific neutrality and objectivity. In this essay we intend to explore the aspects of Lacey's criticism related to the social sciences -- specifically to Economics. In the light of his proposals, some recent criticisms to the historical development of this discipline should be reviewed and supported.

Key Words: Science and Values, Scientism, Social Control, Hugh Lacey.

[❖] Trabalho apresentado no III Simpósio Internacional de Filosofia Analítica "Principia", 8 a 11 de setembro de 2003, Florianópolis – SC.

[▲] Aluna de Doutorado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Agradeço ao meu orientador, professor Alberto Oscar Cupani, bem como ao apoio financeiro da CAPES.

1 Introdução

Our theories ... are rays of light, which illuminate a part of the target, leaving the rest in darkness... It is obvious that a theory which is to perform this function satisfactorily must be well chosen; otherwise it will illuminate the wrong things. Further, since it is a changing world that we are studying, a theory which illuminates the right things at one time may illuminate the wrong things at another.

(John R. Hicks)

Segundo a concepção tradicional em Filosofia da Ciência, que comumente é associada ao Positivismo (muito embora não se restrinja a ele), a ciência, etimologicamente *scientia* (saber), é conhecimento impessoal, imparcial, desinteressado, em uma palavra, “objetivo” dos fenômenos do mundo¹. Enquanto processo de investigação metódica, ela permitiria distinguir o falso do verdadeiro, o acidental do necessário, o subjetivo do objetivo, em última instância, o joio do trigo. Uma forma diferente de dizer o mesmo seria que a ciência moderna (básica) gera produtos teóricos “neutros”, ou que o tipo de conhecimento alcançado através da atividade científica estaria completamente isento de valores sociais ou morais.

Do outro lado dessa discussão, também é bastante difundida, no panorama intelectual contemporâneo, a tradição de pensamento que, atacando as pretensões objetivistas da ciência, reconhece um vínculo entre o conhecimento científico de algo e o controle ou domínio daquilo que se passou a compreender. Em sua versão mais moderada, essa vinculação pode referir-se tão somente ao nível mais sutil de “domínio intelectual” do objeto de análise, passando por interpretações que defendem haver sido o desenvolvimento científico, desde seu início, norteador pelo interesse de manipulação técnica da natureza, e culminando com abordagens que identificam, inclusive, o controle social, político e econômico como um dos papéis que de pronto foi assumido pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia nas sociedades modernas².

Inserindo-se nessa segunda corrente de pensamento, o filósofo Hugh Lacey desenvolve, em duas obras recentes (*Valores e Atividade Científica*, de 1998, e *Is Science Value Free?*, de 1999), uma aguda análise acerca dos fundamentos da ciência em sua interação com a sociedade, questionando as noções tradicionais de neutralidade e de objetividade científicas.

Esse trabalho tem como proposta central explorar alguns aspectos da crítica de Lacey que dizem respeito às ciências sociais, e à Economia, em particular. O texto está dividido em cinco seções. A segunda e a terceira são dedicadas a uma breve apresentação das principais teses defendidas por Lacey nas duas obras mencionadas acima. A quarta parte, além de resgatar aspectos históricos do desenvolvimento da Economia, notoriamente influenciada pelo desenvolvimento da

¹ Para uma discussão sobre os diferentes aspectos da visão tradicional da noção de objetividade científica, ver CUPANI, A. (1990, 29).

² Para uma abordagem epistemológica do vínculo entre conhecimento científico e poder/controlado sobre a natureza, ver SCHELER, M. (1926) e HABERMAS, J. (1968). Para uma defesa da tese de que a alegada “neutralidade” da metodologia científica estaria, em realidade, a serviço do domínio da natureza, e por outro lado, que essa racionalidade científica instrumental seria também responsável, via tecnologia, pela dominação política., ver MARCUSE, H. (1964), particularmente o Cap. 6. Para uma retrospectiva histórica, social e religiosa acerca das origens desse vínculo, ver LEISS, W. (1972).

física clássica, investiga e discute alguns aspectos da crise atual dessa disciplina. Finalmente, a sexta seção conclui o texto sugerindo uma leitura das críticas dirigidas à Economia à luz da denúncia que faz Lacey: o privilegiamento de uma estratégia de pesquisa em particular – a estratégia materialista – em resposta não somente a considerações cognitivas, mas também, e principalmente, a um valor social em particular -- o controle.

2 O Materialismo Científico e a Neutralidade da Ciência

A versão dominante de “ciência” tem se desenvolvido, segundo afirma Lacey, de acordo com as perspectivas do *realismo* (de forma muito simplificada, a busca pelo entendimento do mundo ‘tal como ele realmente é’) e do *materialismo* (perspectiva segundo a qual os fatos da natureza são plenamente caracterizáveis pelas suas propriedades *materiais*, ou seja, pela sua ordem subjacente -- leis, processos e estruturas que os explicam).

De acordo com esse tipo de estratégia de pesquisa – o *materialismo científico* -- (que engloba tanto uma visão metafísica, quanto epistemológica e metodológica), os fenômenos do mundo material, bem como suas entidades constituintes, existem e apresentam uma ordem subjacente que independe de qualquer interação, seja com as experiências, seja com as práticas humanas. Supõe-se, portanto, que todos os objetos e entidades constituintes do mundo material (ou do mundo dos “fatos puros”) são caracterizáveis em termos quantitativos, que todas as suas interações são regidas por leis (não necessariamente determinísticas), e que todas essas leis são passíveis de tradução para equações matemáticas (Lacey, 1999: 3-5).

Desta forma, o tipo de conhecimento alcançado através da ciência estaria completamente isento de valores não cognitivos. Lacey divide essa tese mais geral de “neutralidade da ciência” em três subteses, logicamente interligadas, que seriam: a *imparcialidade*, a *neutralidade* e a *autonomia*.

O conhecimento científico é *imparcial* no sentido de que a escolha entre teorias se fundamenta apenas e tão somente em um procedimento baseado em *regras* (ou *algoritmos*), segundo alguns autores, ou de acordo com determinados *valores cognitivos*, segundo outros. Nesse último grupo, os mais comuns seriam: clareza, simplicidade, adequação empírica, poder explicativo, ausência de hipóteses *ad hoc* e consistência com as demais teorias aceitas. A imparcialidade, portanto é uma tese *ex ante*, uma vez que se refere às razões epistêmicas consideradas legítimas para a aceitação ou rejeição de teorias. (Lacey, 1998: 62-64).

Por outro lado, as teorias científicas seriam *neutras* uma vez que, em princípio, o tipo de conhecimento que adquirimos com a ciência não deveria atender a qualquer interesse ou perspectiva de valor em particular. Deste modo, o ideal representado pela neutralidade nos diz que, uma vez corretamente aceitas, as teorias se adequam a qualquer perspectiva de valor, ideologia ou visão de mundo, sendo, portanto, uma tese *ex post* sobre as possíveis consequências das teorias científicas. Significa também dizer que as aplicações das teorias estabelecidas não favorecem a nenhuma “moral” em particular (Lacey, 1998: 78).

O ideal representado pela *autonomia*, por sua vez, pressupõe primeiramente uma distinção entre a pesquisa científica básica e a pesquisa aplicada. A pesquisa básica, pelo fato de possuir como meta o aumento do conhecimento (*conhecimento pelo conhecimento* que, em tese, independe da maneira pela qual será aplicado), precisaria ser patrocinada por instituições autônomas, i.e., que não exerçam qualquer tipo de pressão ou interferência, seja de ordem econômica, política ou moral, para que os cientistas desenvolvam posturas ou interesses outros, que não a da manifestação, em elevado grau, dos valores cognitivos em suas teorias (Lacey, 2000: 98).

Uma vez aceitas e implementadas essas três teses, a ciência nos proporcionaria um entendimento, no nível do trabalho analítico, completamente isento de valores sociais. Essa é a perspectiva advogada pelo *materialismo científico*. Em termos concretos, trata-se de utilizar apenas e tão somente conceitos quantitativos e materialistas para designar as propriedades dos objetos e fenômenos, tomando por pressuposto que esse tipo de estratégia de abordagem dos fenômenos do mundo esgota as melhores possibilidades de entendimento permitidas pela nossa experiência. A preeminência da estratégia materialista na ciência deriva, portanto, da pressuposição da neutralidade dos resultados de suas teorias.

Essa é uma posição, entretanto, que não está livre de controvérsias. Nas obras mencionadas acima, Lacey defende a tese de que a *ênfase materialista* assumida pela ciência moderna não seria tão somente uma resposta a considerações cognitivas, mas sim, e principalmente, uma resposta a valores sociais, mais especificamente a um valor em particular: *o controle sobre a natureza*.

3 O Controle sobre a Natureza como Valor Social Máximo na Modernidade

O termo controle é definido da seguinte forma (Lacey, 1998: 118-9):

Num sentido importante, é parte da natureza humana controlar a natureza. O que é distintivo no controle realizado a partir da modernidade é sua extensão, preeminência e centralidade em nossas vidas, o valor superior e virtualmente não subordinado que assume e os esforços intensos para expandir e implementar nossa capacidade de exercê-lo [...] Exercemos controle sobre os objetos quando os submetemos deliberadamente e de um modo bem-sucedido ao nosso poder e os utilizamos como meios para os nossos fins.

Como se percebe, o *controle sobre a natureza* é entendido sob uma perspectiva essencialmente utilitarista. Lacey reconhece que o exercício do controle sobre os objetos naturais é uma característica que, em alguma medida, acompanhou todo o desenvolvimento humano, muito embora não tenha sido a única. Nem toda interação intencional com o meio é um exemplo de controle. Isso porque existiram e existem ainda, em diversas culturas tradicionais, outras formas de interação e relacionamento com a natureza regidos por princípios como a *reciprocidade*, a *mutualidade* e o *respeito*, de acordo com os quais, e em contraposição à perspectiva do controle, o valor dos objetos não é reduzido ao seu valor instrumental pelos agentes humanos.

Na sociedade moderna, entretanto, o valor do controle sobre a natureza passa a ocupar uma posição de *centralidade absoluta*, já que esse valor em específico teria sido sancionado e intensamente manifestado pelas instituições econômicas e políticas dirigentes, o que levou à marginalização das formas alternativas de interação.

Interessante é notar que esse “controle” exacerbado, levado às suas últimas consequências, paradoxalmente tende a provocar uma situação de “descontrole” (ou “risco calculado”) das consequências nefastas desencadeadas no processo, principalmente quando se pensa no acelerado ritmo de degradação do meio ambiente testemunhado pelo último século.

Isto só faz sentido se simultaneamente avança-se a tese de que, via desenvolvimentos tecnológicos, esse valor em específico é entendido (numa perspectiva nitidamente baconiana) como capaz de servir a todos os outros valores da escala, e de ampliar, no longo prazo, o bem-estar humano em termos materiais, sendo inclusive capaz de neutralizar eventuais efeitos nefastos que porventura venha a ocasionar. Haveria, portanto, um conjunto de pressupostos racionais que

justificariam essa crença no avanço do controle sobre a natureza e, conseqüentemente, no avanço da tecnologia como um *sine qua non* para uma sociedade futura mais próspera e justa.

Nesse momento chegamos à proposta mais polêmica, ou, segundo o próprio autor, ao ponto mais controvertido de sua tese: podemos dizer, de modo simplificado, que a explicação de Lacey defende haver um vínculo, interno e necessário, entre o *moderno valor de controle* e o *entendimento materialista* adotado pela ciência.

Isto porque, na estratégia materialista, que se caracterizou fundamentalmente pelo privilegiamento da análise de aspectos quantitativos da realidade (e conseqüentemente pelo uso intensivo de instrumental matemático nas teorias científicas), os próprios valores cognitivos estariam, indiretamente, espelhando os anseios de um tipo de sociedade que deseja acima de tudo controlar a natureza. Segundo essa perspectiva, a utilidade baconiana – ou a capacidade de gerar novas tecnologias que aumentassem o controle humano sobre a natureza – ocupa um papel de amplo destaque, mesmo quando se pensa unicamente no plano cognitivo. Em suas palavras (1999: 126):

O compromisso com o moderno valor de controle é a chave que explica a adoção virtualmente exclusiva de estratégias materialistas na ciência moderna. Em geral, a pesquisa conduzida sob essas estratégias serve aos interesses que emergem desses valores, e não apenas quando é imediatamente endereçada a questões práticas de controle. Além disso, quaisquer outros valores envolvidos nas modernas atividades de pesquisa ou incorporados em instituições de pesquisa precisam, sob condições históricas modernas, co-ocorrer em complexos de valores junto com os modernos valores de controle.

De fato, é quase um lugar-comum afirmar que a moderna *reductio scientiae ad mathematicam*³, característica da estratégia materialista, ao conseguir traduzir os processos, leis e estruturas subjacentes aos fenômenos naturais em simples, belos e coerentes sistemas de equações matemáticas, tornou-se o mais importante e poderoso instrumental analítico já concebido pelo intelecto humano.

Quase desnecessário também é lembrar, uma vez mais, as conseqüências pragmáticas acarretadas por intermédio das modernas teorias científicas básicas, conduzidas sob a estratégia materialista: o estrondoso sucesso prático de seus desdobramentos tecnológicos, que não cessam de nos causar estupefação e perplexidade, dia-a-dia.

Que o êxito das tecnologias parece corroborar de certa forma o valor de verdade das teorias abstratas que as conduzem é inegável⁴: como o conhecimento científico possibilita a tecnologia moderna, tanto o sucesso teórico da ciência aplicada, quanto o sucesso material da tecnologia parecem provar que obtemos, com a ciência básica, de fato um tipo de conhecimento do mundo *tal qual ele realmente é*, e não uma espécie de conhecimento que responde a interesses ou valores de cunho social ou moral.

A crítica de Lacey procura justamente mostrar a falácia do argumento do sucesso da tecnologia como prova prática da “neutralidade” do conhecimento do mundo. Sua tese é que o tipo de teorias que se privilegia modernamente (quantitativas, em detrimento das qualitativas) reflete, sutil e subliminarmente, que a sociedade moderna prefere teorias que, ao serem aplicadas,

³ Em que pese o desenvolvimento das chamadas *matemáticas qualitativas*, estamos nos referindo exclusivamente ao processo de matematização associado à quantificação, intrínseco ao Materialismo Científico.

⁴ E isso verifica-se não apenas em relação ao “senso comum”, mas também, e em grande medida, quando levamos em consideração a opinião educada, ou o que poderíamos chamar de senso comum “esclarecido”.

possibilitam o controle e o domínio sobre a natureza. Essa argumentação aparece na seguinte passagem (1998: 30):

Nenhuma explicação metafísica “profunda” do sucesso da tecnologia é necessária, apenas que o mundo tem se mostrado receptivo às formas de apreensão conduzidas pela estratégia materialista, uma apreensão que progressivamente nos habilita a identificar um número cada vez maior de suas possibilidades materiais [...] Segue-se desta análise que não há boas razões para aceitar que a pesquisa conduzida pelas estratégias materialistas produza um entendimento do mundo tal como ele é – em lugar disso, ela produz um entendimento do mundo sob a perspectiva do valor social de controle da natureza.

Lacey defende, portanto, a tese de que a adoção virtualmente exclusiva da estratégia materialista⁵, como a que ocorreu desde o estabelecimento da ciência moderna até os dias de hoje, deveu-se não apenas ao fato dela ser extremamente fértil, mas também em decorrência de sua relação de consolidação mútua com o moderno valor de controle

Em um ambiente social onde a perspectiva moderna de controle está ostensivamente presente e incorporada, ocorre, sustenta Lacey, que a eficácia das aplicações acaba, na prática, por se tornar um elemento de legitimação suficiente para o estímulo (tanto financeiro, quanto intelectual) daquele tipo de pesquisa básica (conduzido sob estratégias materialistas). Como, via de regra, são muito mais eficazes (e rentáveis) do que as estratégias concorrentes, as aplicações tecnológicas decorrentes da pesquisa conduzida sob *estratégias materialistas* acabariam por interagir com a perspectiva moderna de controle, reforçando-a.

O impasse saber *versus* domínio/controlado se resolveria, segundo Lacey, mediante a caracterização de uma nova forma de se fazer ciência como alternativa. A indicação de novas diretrizes para a ciência passa, fundamentalmente, pela necessidade de se desenvolver uma *pluralidade de estratégias na investigação científica*. Através de uma redefinição do conceito restrito de “ciência”, ampliando-o para a idéia de “pesquisa empírica sistemática”, a ciência poderia ser praticada a partir de uma multiplicidade de abordagens competidoras, tornando-se então o materialismo científico uma estratégia dentre outras⁶.

Tal ideal requer, entretanto, não a preservação da ciência à influência dos valores sociais, mas, ao contrário, uma ampliação no leque de valores influenciando o desenvolvimento da pesquisa científica (para muito além do controle), já que, segundo Lacey, ao modo de concepção da natureza (e da experiência humana) está necessariamente associado um quadro valorativo. O ideal seria a co-existência de múltiplos enfoques para que houvesse ao menos a possibilidade de uma avaliação comparativa, e novas formas de ciência e tecnologia pudessem ser estimuladas e desenvolvidas de forma não marginal, como vem ocorrendo até o momento.

No que tange especificamente às ciências sociais, Lacey nos diz ainda que há, nessa estrutura social onde o controle assume lugar predominante, uma pressão muito forte para que o modelo de ciência natural moderna se estenda para além dos domínios onde originalmente fora concebido.

Significa que, também no âmbito das ciências do homem e da sociedade, ter-se-ia privilegiado fortemente o entendimento que mobiliza termos mecanicistas e fisicalistas. As teorias sociais acabariam, nesse caso, por solapar aquilo que é verdadeiramente humano, e esse processo

⁵ É importante ressaltar, entretanto, que estratégias diferentes são mutuamente excludentes enquanto *posturas predominantes*, entretanto, na experiência vivida de uma cultura, elementos de ambas estariam sempre presentes.

⁶ Ver, a esse respeito, BARBOSA de OLIVEIRA, M. (2000).

desembocaria numa situação na qual os próprios agentes humanos se tornam objetos passíveis de controle. No trecho a seguir essa posição aparece de forma inequívoca (1998: 171):

A presença real da teoria nas ciências humanas pode representar não a redução bem-sucedida, mas o sucesso em suprimir o que é caracteristicamente humano (por exemplo, as práticas comunicativas ou a ação informada por deliberação pessoal) em certos espaços por meio da introdução bem-sucedida de controles sobre o comportamento humano – ou seja, por meio da criação de espaços em que os agente humanos comunicativos se tornam, por causa dos limites, opções e controles dos espaços, objetos sujeitos a controle.

Como Lacey defende que existe um vínculo estreito entre o entendimento do tipo materialista dos fenômenos (sejam eles naturais ou sociais) e o moderno valor de controle, passamos a seguir para uma breve análise daquela que amiúde é apontada como a primeira disciplina social a conseguir ingressar no seletorol da “boa ciência” – a Economia.

4 Ciência Econômica – Cientificismo e Crise

Dentro de um contexto histórico amplo, é conhecido que a Economia se inseriu em um projeto geral, que norteou o desenvolvimento das mais variadas áreas do conhecimento que aspiravam ao *status* de “Ciência”. Tendo se instituído como disciplina autônoma no último quartel do século XVIII, o desenvolvimento da Economia foi fortemente norteado pela concepção de cientificidade instaurada na modernidade, que incluía, além da matematização e da formalização, também o processo de mecanização – ou seja, a busca de causas e de leis para os fenômenos econômicos – em última análise, a busca de suas condições de repetibilidade.

O passo decisivo em direção à matematização e à formalização na Economia, entretanto, foi dado pelos protagonistas da “revolução marginalista”⁷, por volta de 1870. De fato, esses autores promoveram uma verdadeira revolução metodológica no âmbito da disciplina, uma vez que não apenas introduziram novas técnicas matemáticas e ampliaram essa linguagem na teorização econômica, como também defenderam uma separação bastante nítida entre ciência e arte.

Essa nova perspectiva teórica instaurada pela Escola Neoclássica, que coloca a análise econômica sobre bases essencialmente matemáticas, mecanicistas e naturalísticas trouxe, como consequência imediata, também uma dramática reformulação no estatuto epistemológico da Economia.

Os sistemas econômicos, que até então estavam subordinados ao âmbito do humano, do cultural, do histórico e do localizado, passam a ser entendidos como sujeitos a regularidades tão fortes e inexoráveis como a lei da gravitação e os princípios da mecânica. E isso a ponto de Jevons ter apresentado em 1871, seu projeto para desenvolver a Economia (até aquele momento, ainda “Política”) como a “mecânica da utilidade e do interesse-próprio”.⁸

A idéia de uma ordem oculta regendo e auto-equilibrando os sistemas econômicos, que se assemelhava bastante à lei da gravitação na física, foi, naquela ocasião, de grande valia para a forças emergentes do liberalismo econômico e político. Desnecessário dizer que esse ingrediente

⁷ O Marginalismo surge como escola e teoria econômica elaborada independentemente por três autores: Karl Menger (*Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*), William Jevons (*The Theory of Political Economy*) e Léon Walras (*Éléments d'Économie Politique Pure*).

⁸ JEVONS, W.S. (1871, 21). Citado em GEORGESCU-ROEGEN, N. (1979, 118).

político contribuiu, e muito, para a rápida aceitação e disseminação das analogias mecânicas da Teoria Neoclássica durante o século XIX.

Em tempos menos conturbados, tanto em termos de prestígio da ciência, quanto em termos político-econômicos, a Economia foi amplamente celebrada como a disciplina social que maior sucesso logrou no processo de adaptação aos cânones da *hard science*. O que outrora foi virtude, entretanto, hoje em dia parece haver-se transformado em vício.

A ciência econômica vem sofrendo uma enxurrada sistemática de críticas nas últimas décadas, principalmente em decorrência de sua falta de eficiência prática na resolução dos problemas crônicos que afligem as sociedades contemporâneas, como a distribuição de renda, a inflação, o desemprego, a crise energética, bem como a estagnação dos países em desenvolvimento. O difuso sentimento de insatisfação e insegurança, no seio da própria comunidade, no que concerne à capacidade da teoria de oferecer soluções aos problemas, com frequência vem sendo identificado como uma crise na disciplina.

A intensa discussão metodológica que marca esse momento reflete, sobretudo, a insatisfação com a ascendência de uma concepção de cientificidade atualmente bastante controversa, e essa preocupação tem sido testemunhada pelos títulos de inúmeras publicações⁹.

As críticas a esse estado de coisas, como dito, são numerosas e difusas, atacando diferentes flancos: o irrealismo das premissas adotadas, o reducionismo do modelo de ser humano usado, o tratamento da Economia como um sistema fechado, o excessivo nível de abstração e matematização com que a teoria é formulada, o fracasso nas previsões, etc, etc, etc... Nos concentramos aqui apenas em uma vertente delas, que é a que nos interessa nesse momento.

Uma tradição de renomados metodólogos têm se debruçado com frequência crescente sobre questões como o cientificismo, o formalismo e o abuso do emprego das matemáticas na ciência econômica.

Uma crítica recorrente é que teoria econômica tem se distanciado cada vez mais da realidade, à medida em que a formalização impõe a adoção de pressupostos adaptáveis aos axiomas matemáticos, que muitas (ou, por que não dizer? na maioria) das vezes não representam adequadamente os fenômenos do mundo real. Como salienta Kapp (1961: pp. 35-36):

O esforço para assegurar a coerência (tauto)lógica de seus construtos e conclusões transforma a teoria em um sistema "auto-protetor"-- um sistema que possui uma forma quase automática de descartar evidências que possam repercutir negativamente sobre a doutrina. Quando esse ponto é atingido, pode-se dizer que a disciplina tornou-se um tipo de matemática disfarçada, nem capaz, nem interessada em descrever e prever a ação humana em seu contexto histórico real.

E continua, adiante (1961: pp. 36-37):

Não admira, portanto, que uma tal teorização compartimentalizada se torne irrelevante para a compreensão e a solução prática de nossos problemas contemporâneos.

No esforço para ser precisa, através da escolha de uma ou algumas poucas variáveis; através da identificação última do empreendimento científico com a lógica da matemática; através da rejeição a todo esforço teórico que mantém-se próximo aos 'fatos' e, portanto, sujeito a verificações feitas à luz da observação empírica, a teoria econômica, em particular no campo do valor e da análise da utilidade, perdeu não apenas sua relação, como também sua

⁹ A esse respeito, ver, por exemplo, ORMEROD, P. (1996), PERELMAN, M. (1996), WARD, B. (1975) e WOO, H. K. (1986).

relevância para a análise da realidade. Esta desenvolve-se cada vez mais independente e se parece cada vez menos com o produto de ‘forças impessoais’ automáticas de um mercado competitivo.

Em última instância, o que passou a ser considerado como objeto de análise da teoria neoclássica foi a “administração de recursos escassos”, ou seja, o problema da alocação ótima (e atemporal) de recursos entre consumo e investimento, por agentes econômicos racionais e oniscientes, cujo complexo de motivações viu-se reduzido à maximização de seus interesses próprios – o *homo oeconomicus*.¹⁰

A metáfora mais conhecida da ciência moderna – a máquina – é incorporada à explicação do funcionamento dos sistemas econômicos: a Economia é uma máquina que produz mercadorias. Suas partes constituintes são as firmas, os consumidores e os governos. Importante a ressaltar aqui é um dos pressupostos fundamentais dessa abordagem: a idéia de que o mercado efetivamente tende ao equilíbrio, ou seja, ele “funciona”.

A despeito do fato de haver muito a ser criticado na metáfora mecânica do funcionamento da Economia, o ponto a ser salientado aqui é outro: sua opcionalidade.

Com o mecanicismo empregado pela abordagem neoclássica, a explicação passa a ser causal: o que se pretende é mostrar como nenhum outro evento é causalmente possível, dadas as condições iniciais e as leis que supostamente passou-se a conhecer. Então, de acordo com essa perspectiva, os eventos econômicos em questão *precisam* ocorrer da maneira que ocorrerem – esse é o elemento que muda radicalmente o enfoque. Introduce-se a *necessidade* na explicação e eliminam-se os aspectos contingentes, acidentais, históricos, culturais, políticos e socialmente determinados da explicação do fenômeno.

Fomos encorajados a acreditar que intervenções governamentais criam fricções que atrapalham o bom funcionamento da “engrenagem” econômica. Uma vez que, segundo os preceitos da ortodoxia neoclássica, a dinâmica de alocação de recursos tende a ocorrer de forma ótima, a ação do Estado deve restringir-se unicamente à correção de eventuais falhas nesse processo.

Note-se, entretanto, que o arcabouço analítico da teoria neoclássica, por isso mesmo fornece a legitimação teórica para toda uma série de medidas de política-econômica que vem sendo tomadas, em todo o mundo, a partir da “Era-Reagan” (e que continuam a ser tomadas, inclusive no Brasil). Ao propor uma volta ao *laissez faire*, ele oferece, por exemplo, a legitimação teórica para a onda de privatizações que percorre o mundo.

Se rejeitamos a idéia que essa é uma figura meramente descritiva, que essa é a representação do fenômeno econômico “tal como ele realmente é”, os aspectos normativos nela implícitos saltam aos olhos – ou seja, segundo essa concepção, o critério de *máxima eficiência na produção de mercadorias* é o que a ciência econômica deve, ao fim e ao cabo, procurar promover.

O mito da ciência econômica positiva, com sua insistência na “inevitabilidade” da explicação mecanicista do mundo econômico, na realidade oculta as escolhas que já foram feitas (o livre mercado, a máxima eficiência na produção de mercadorias, a acumulação de riqueza), em detrimento de outras escolhas, norteadas por outros valores sociais, que não foram (mas que poderiam ter sido) feitas, como por exemplo a opção por uma distribuição da riqueza produzida da forma mais eqüitativa possível.

O mito da “ciência”, enquanto expressão máxima e mais bem acabada da racionalidade humana na explicação dos fenômenos do mundo – a idéia de que as coisas “são como são”, e que

¹⁰ Para algumas (das inúmeras) críticas à incompletude da análise que se baseia apenas nesse modelo reducionista de homem ver, a título de exemplo, SIMON, H. A. (1993) e SEN, A. K. (1979).

pouco ou nada há a se fazer a respeito -- , desvia o debate da questão que realmente importa: a quais objetivos nós, enquanto sociedade, almejamos que a ciência econômica sirva?

5 Considerações Finais

Se as críticas procedem, somos levados a uma conclusão comum: em última instância, é para uma concepção mais ampla da razão e da ciência (no âmbito social) que convergem os diagnósticos. Ou, pelo menos, para o reconhecimento de um fato inegável: a necessidade de um mínimo de pluralismo metodológico¹¹, o que compromete o ideal de toda e qualquer ciência social balizada única e exclusivamente ao estilo da *hard science*.

Em outras palavras, significa o reconhecimento dos limites estreitos de um paradigma científico que tem se mostrado incompatível não apenas com os desafios teóricos, mas sobretudo com os problemas práticos de uma disciplina, há muito não resolvidos.

A Economia, se tem por objetivo dar conta da diversidade e da riqueza do mundo real, que nenhum discurso específico sozinho esgota, necessita abrir-se metodologicamente, contrariamente ao movimento que vem realizando desde fins do século XIX, movimento de aproximação paulatina, porém contínua e inexorável, ao paradigma científico moderno.

Não é possível, como argumenta toda uma tradição de críticos, dizer essa riqueza e essa diversidade da realidade (no caso, econômica) de forma unidimensional, lançando mão exclusivamente de uma estratégia de pesquisa, que restringe-se ao paradigma mecanicista, ao recurso à lógica formal e à linguagem matemática.

A realidade econômica é (em decorrência de sua própria natureza) mutante, plural e multifacetada, além de histórica, social e culturalmente datada. Existem numerosas perspectivas de investigação do fenômeno econômico, cada qual capaz de prover *insights* parciais, porém proveitosos e complementares, à realidade econômica.

Os aspectos formais, causais, mecânicos e matemáticos sob os quais essa realidade se deixa (também) examinar não exaurem as outras tantas possibilidades (complementares) de explicação e entendimento dessa realidade, como pretende a proposta científicista da ortodoxia; são antes a luz fraca e bruxuleante de uma vela iluminando infimamente uma grande caverna em trevas, para permanecer na metáfora da epígrafe de Hicks, do início desse texto.

A obstinação em permanecer na mesma trilha seguida ao longo do último século é vã, a não ser que se pretenda continuar insistindo em erros antigos e caminhos que a história recente da disciplina tem mostrado equivocados, estéreis e, nos piores casos, catastróficos em termos sociais.

No caso específico da Economia, se a hegemonia contemporânea da abordagem ortodoxa (neoclássica) não está condicionada à saúde e consistência de seu edifício teórico-metodológico, nem à sua relevância social, tudo leva a crer que essa dominação teórica é, de fato, indiscartável de seus comprometimentos valorativos, sobretudo por sua aderência e funcionalidade à dominação político-econômica que proporciona.

Nesse sentido, a predominância desse referencial teórico, tanto no âmbito econômico, quanto mais recentemente na esfera pública, é um bom exemplo daquilo que Lacey denuncia como a interferência de um valor social – o controle -- influenciando, sob o signo da “objetividade” e da “neutralidade” científicas, a primazia de uma determinada estratégia de pesquisa.

¹¹ Ver a esse respeito SALANTI, A & SCREPANTI, E. (ed.) (1997).

6 Referências Bibliográficas

- BARBOSA de OLIVEIRA, M. (2000): “A Epistemologia engajada de Hugh Lacey II”, *Manuscrito* XXIII, pp. 185-203.
- CUPANI, A.(1990): “Objetividade científica: noção e questionamentos”, *Manuscrito*, XIII, 1, pp. 25-54.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. (1979): “Métodos em Ccência econômica”, *Edições Multiplic*, vol. 1, n° 2, dez. 1980, pp. 115-127.
- HABERMAS, J. (1968): **Erkenntnis und Interesse**. Frankfurt: Suhrkamp.
- JEVONS, W.S. (1871): **The theory of political economy**. London: Macmillan, 1879.
- KAPP, K. W. (1961): **Toward a science of man in society – a positive approach to the integration of social knowledge**. Netherlands: The Hage.
- LACEY, H. (1998): **Valores e atividade científica**. São Paulo: Discurso Editorial.
- _____ (1999): **Is science value free? – values and scientific understanding**. New York: Routledge.
- _____ (2000): “As formas nas quais as ciências são e não são livres de valores”, *Crítica*, Londrina, v. 6, n. 21, pp. 89-111.
- LEISS, W. (1972): **The domination of nature**. Montreal: MacGill-Queen’s University Press, 1994.
- MARCUSE, H. (1964): **One-dimensional man**, Boston: Beacon Press.
- ORMEROD, P. (1996): **A morte da economia**. São Paulo: Companhia das Letras.
- PERELMAN, M. (1996): **The end of economics**, London: Routledge.
- SALANTI, A & SCREPANTI, E. (ed.) (1997): **Pluralism in economics: new perspectives in history and methodology**. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- SCHELER, M. (1926): **Die Wissensformen und die Gesellschaft** (Gesammelte Werke, Band 8). 2nd edition. Bern: Francke Verlag, 1960.
- SEN, A. K. (1979): “Rational fools: a critique of the behavioral foundations of economic theory”, in HAHN, F. & HOLLIS, M. (eds.), *Philosophy and Economic Theory*. Oxford: Oxford University Press, pp. 86-109.
- SIMON, H. A. (1993): “Altruism and economics”, *American Economic Review*, 83 (2), may 1993, pp. 156-161.
- WARD, B. (1975): **O que há de errado com a economia?**, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- WOO, H. K. (1986): **What’s wrong with formalization in Economics? An epistemological critique**, Newward: Victoria Press.